

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Informações contábeis intermediárias
acompanhadas do relatório de revisão do
auditor independente

Em 30 de setembro de 2018

Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referente ao período findo em 30 de setembro de 2018	13

Relatório de Revisão do Auditor independente sobre as informações contábeis Intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. José de Souza Campos, 507 – 5º andar
Edifício Toulon | Cambui
Campinas | SP | Brasil
T +55 19 3294.8008
www.grantthornton.com.br

Aos
Administradores e Acionistas da
Concessionária Rota do Oeste
Cuiabá – MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance de revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of financial information performed by the independent auditor of the entity*”). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2018, o total do passivo circulante da Companhia excede o total do ativo circulante em R\$ 1.027.710 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia encontra-se em negociação com instituições financeiras para a contratação de novos empréstimos e financiamentos de longo prazo, para reequilíbrio dessa situação. A eventual não confirmação da captação de recursos com terceiros indicam existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de seus planos de negócios. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

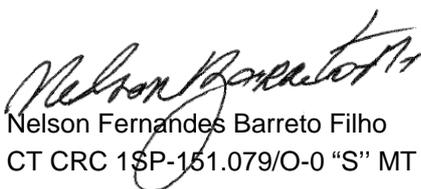
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Administração da Companhia identificou que a classificação dos saldos relativos às rubricas de Mútuos-partes relacionadas foi realizada de forma inadequada quanto à apresentação dos saldos entre o passivo circulante e o passivo não circulante. Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto e requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 01 de março de 2018, havíamos emitido nosso relatório de auditoria sem modificação e com as mesmas, ênfase e parágrafo de incerteza deste relatório de revisão limitada, sobre as demonstrações contábeis do exercício finda naquela data da Companhia, que ora estão sendo reapresentados. Concluímos que tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuados. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de outubro de 2018



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0 "S" MT

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" MT

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	30/09/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.756	10.667
Aplicações financeiras	7	23.801	28.532
Contas a receber	8	24.053	18.615
Tributos a recuperar	-	546	772
Contas a receber - partes relacionadas	10	18	641
Despesas antecipadas	9	8.900	4.763
Outros ativos	-	1.028	2.136
		<u>62.102</u>	<u>66.126</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	24.858	12.425
Despesas antecipadas	9	2.685	2.949
Depósitos judiciais	17	1.522	1.343
		<u>29.065</u>	<u>16.717</u>
Imobilizado	12	2.175	2.701
Intangível	13	1.759.572	1.722.777
		<u>1.790.812</u>	<u>1.742.195</u>
Total do ativo		<u>1.852.914</u>	<u>1.808.321</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	30/09/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Passivo circulante			
Fornecedores	-	14.183	30.811
Fornecedores - partes relacionadas	10	77.169	54.558
Empréstimos	14	983.135	983.442
Salários e encargos sociais	15	7.878	8.008
Tributos a pagar	-	4.109	4.679
Outros passivos	16	3.338	5.602
		<u>1.089.812</u>	<u>1.087.100</u>
Passivo não circulante			
Fornecedores	-	2.281	2.514
Outras contas a pagar	-	1.013	1.013
Mútuos - partes relacionadas	10	357.704	337.298
Provisão para contingências	17	333	499
Provisão de conserva especial	18	87.095	40.979
		<u>448.426</u>	<u>382.303</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	19 (a)	363.558	363.558
Prejuízos acumulados	-	(48.882)	(24.640)
		<u>314.676</u>	<u>338.918</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>1.852.914</u>	<u>1.808.321</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos resultados Períodos findos em 30 de setembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Operações continuadas					
Receita líquida	20	128.516	350.469	117.283	359.955
Custo dos serviços	21	(71.577)	(222.384)	(73.376)	(215.746)
Lucro bruto		56.939	128.085	43.907	144.209
Despesas (receitas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(4.524)	(15.993)	(5.309)	(15.329)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	28	476	14	84
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		52.443	112.568	38.612	128.964
Receitas financeiras	23	328	1.419	365	1.219
Despesas financeiras	23	(69.152)	(150.662)	(41.098)	(123.208)
Resultado financeiro, líquido		(68.824)	(149.243)	(40.733)	(121.989)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(16.381)	(36.675)	(2.121)	6.975
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	24	5.552	12.433	1.731	(1.395)
Lucro (prejuízo) do período		(10.829)	(24.242)	(390)	5.580
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações no fim do período - R\$	25	(29,79)	(66,68)	(1,07)	15,35

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de setembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Lucro (prejuízo) do período	(10.829)	(24.242)	(390)	5.580
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	(10.829)	(24.242)	(390)	5.580

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2017	313.558	(24.866)	288.692
Aumento de capital	50.000	-	50.000
Lucro do período	-	5.580	5.580
Em 30 de setembro de 2017	<u>363.558</u>	<u>(19.286)</u>	<u>344.272</u>
Em 1º de janeiro de 2018	363.558	(24.640)	338.918
Prejuízo do período	-	(24.242)	(24.242)
Em 30 de setembro de 2018	<u>363.558</u>	<u>(48.882)</u>	<u>314.676</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Períodos findos em 30 de setembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/09/2018	30/09/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do período antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.675)	6.975
Ajustes		
Depreciação e amortização	26.067	19.541
Perda na baixa do imobilizado e intangível	257	659
Provisão para conserva especial	41.604	22.553
Provisão para contingências	(166)	45
Ajuste a valor presente	4.512	(1.321)
Juros e variações monetárias, líquidas	127.991	117.712
	163.590	166.164
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(5.438)	(4.507)
Tributos a recuperar	226	2.578
Despesas pagas antecipadamente	(3.873)	(3.370)
Partes relacionadas	623	-
Outros ativos	1.108	489
Depósitos judiciais	(179)	(72)
Fornecedores	(18.010)	(10.856)
Fornecedores - partes relacionadas	22.611	10.814
Obrigações sociais e trabalhistas	(130)	383
Tributos a pagar	(570)	978
Contas a pagar	(2.264)	4.807
Caixa gerado nas operações	157.694	167.408
Juros pagos no financiamento	(75.617)	(84.075)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	82.077	83.333
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	5.821	(42.887)
Conta reserva	-	15.723
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(169)	(756)
Adições ao intangível	(61.275)	(68.929)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(55.623)	(96.849)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos		
Pagamento de custos de transação	(33.365)	(35.921)
Aumento de capital social	-	50.000
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(33.365)	14.079
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa no período	(6.911)	563
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.667	6.382
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.756	6.945
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no período	(6.911)	563

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Demonstração do valor adicionado
Períodos findos em 30 de setembro
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Receitas	377.335	385.474
Receita de serviços	317.409	300.574
Receita de construção ICPC 01-R1	<u>59.926</u>	<u>84.900</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(75.222)	(46.629)
Custo de construção ICPC 01-R1	(59.926)	(84.900)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(46.889)	(49.616)
Valor adicionado bruto	195.298	204.329
Depreciação e amortização	(26.067)	(19.540)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>169.231</u>	<u>184.789</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.419	1.219
Outros	476	505
Valor adicionado total a distribuir	<u>171.126</u>	<u>186.513</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	<u>24.931</u>	<u>25.244</u>
Remuneração direta	20.711	21.245
Benefícios	2.661	2.343
FGTS	1.559	1.656
Impostos, taxas e contribuições	<u>18.734</u>	<u>31.790</u>
Federais	3.384	17.350
Estaduais	141	144
Municipais	15.209	14.296
Remuneração de capitais de terceiros	<u>151.703</u>	<u>123.899</u>
Juros	150.541	122.154
Aluguéis	1.105	1.188
Outros	57	557
Remuneração de capitais próprios	<u>(24.242)</u>	<u>5.580</u>
Lucro (prejuízo) do período	<u>(24.242)</u>	<u>5.580</u>
Valor adicionado distribuído	<u>171.126</u>	<u>186.513</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”):

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Não houve, até o momento, trânsito em julgado dos processos administrativos instaurados pela ANTT.

No período findo em 30 de setembro de 2018, não ocorreram mudanças relevantes.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 1.027.710 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 1.020.974), principalmente, em virtude dos financiamentos de curto prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) e a Caixa Econômica Federal (“CEF”), com vencimentos em 15 de novembro de 2018 e 20 de novembro de 2018, respectivamente. A Companhia previa em seu Plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte.

Apesar da Odebrecht S.A , acionista indireto da Companhia, ter se comprometido com um acordo de leniência, e estar prestando todos os esclarecimentos necessários, a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos bem como sequer foi alvo de menções e não teve nenhum executivo mencionado, indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão das Informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de outubro de 2018.

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico nº CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nesta ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, IFRS 15 – Receita de contratos com clientes e IFRS 9 – Instrumentos financeiros, adotadas pela Companhia, não resultaram em impactos significativos nas informações contábeis intermediária do período findo em 30 de setembro de 2018, sendo que as demais normas permaneceram válidas para essas informações trimestrais. Portanto, essas informações trimestrais não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais e, conseqüentemente, as correspondentes informações devem ser lidas em conjunto com a Nota Explicativa nº 2 daquelas demonstrações contábeis. Essas políticas foram consistentemente aplicadas em todos os períodos de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 não foram incluídas nessas informações trimestrais. Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O *International Accounting Standards Board (IASB)* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

a) Em vigor para períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019:

- **IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing:** estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

Algumas das alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente, e a Administração está avaliando os impactos dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

2.2. Resumo das principais políticas contábeis

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2017.

2.3. Reapresentação de saldos de períodos anteriores modificados

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, a Administração da Companhia identificou que a classificação dos saldos relativos às rubricas de mútuos - partes relacionadas foi realizada de forma inadequada quanto à apresentação dos saldos entre o passivo circulante e o passivo não circulante.

Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto pelos Pronunciamentos Técnicos nº CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil em atendimento às práticas contábeis, conforme demonstrado a seguir:

Em milhares de reais	Impactos		
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Mútuos-partes relacionadas	337.298	337.298	-
Total passivo circulante	337.298	337.298	-
Mútuos-partes relacionadas	-	337.298	337.298
Total passivo não circulante	-	337.298	337.298

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 30 de setembro de 2018		
Fornecedores	19.484	1.995
Fornecedores - partes relacionadas	72.153	-
Mútuos - partes relacionadas	-	357.704
Empréstimos e financiamentos	983.135	-
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	30.811	2.514
Fornecedores - partes relacionadas	49.460	-
Mútuos - partes relacionadas	-	337.298
Empréstimos e financiamentos	983.442	-

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Com a renovação do empréstimo ponte do BNDES, detalhado na Nota nº 14, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, utilizando a Taxa de Longo Prazo (“TLP”) em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

Na nova metodologia, a TLP é composta de uma parcela de juros reais fixa ao longo da vida do contrato, e de uma parcela variável indexada à inflação (IPCA).

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a TJLP.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	6,8%	7,0%	5,8%	5,6%	5,6%	5,5%	5,4%	5,3%
IPCA (*)	4,3%	4,1%	3,8%	3,5%	3,4%	3,3%	3,6%	3,8%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander – 17/10/2018.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e, no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	5,9%	7,3%	8,8%
IPCA (*)	3,7%	4,6%	5,6%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2018 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte CEF	nov/18	Alta TJLP	35.401.053	35.517.655	35.541.954

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação - IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte BNDES	nov/18	Alta IPCA	77.373.202	79.188.782	81.004.363

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 30 de setembro de 2018.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta "Reserva". O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 14)	983.135	983.442
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(3.756)	(10.667)
Aplicações Financeiras (Nota 7)	(23.801)	(28.532)
Dívida líquida	955.578	944.243
Total do patrimônio líquido	314.676	338.918
Total do capital próprio e de terceiros	1.270.254	1.283.161
Índice de alavancagem financeira - %	75%	74%

3.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas Informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	3.756	10.667
Aplicações financeiras	23.801	28.532	-	-
Contas a receber	-	-	24.053	18.615
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	18	641
	23.801	28.532	27.827	29.923
Outros passivos financeiros				
			30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos			983.135	983.442
Fornecedores			14.183	30.811
Fornecedores - partes relacionadas			77.169	54.558
Mútuos - partes relacionadas			357.704	337.298
Outros passivos			3.338	5.602
			1.435.529	1.411.711

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	23.744	17.997
Receitas acessórias	309	618
Total de contas a receber	24.053	18.615
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	23.801	28.532
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	23.801	28.532
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	20	21
Bancos conta movimento	1.700	9.112
Numerários em trânsito	1.458	828
Fundo de troca	578	706
	3.756	10.667
	27.557	39.199

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa geral	20	21
Numerários em trânsito	1.458	828
Fundo de troco	578	706
Bancos conta movimento	1.700	9.112
	3.756	10.667

7. Aplicações financeiras

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta aplicações financeiras, no montante de R\$ 23.801 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 28.532). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

8. Contas a receber

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI")	16.837	13.046
Vale pedágio	6.907	4.951
Receitas acessórias	309	618
	24.053	18.615

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de setembro de 2018, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Despesas antecipadas

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Seguros a apropriar	8.852	5.132
Despesas com financiamentos e outras	2.733	2.580
	11.585	7.712
Ativo circulante	8.900	4.763
Ativo não circulante	2.685	2.949

10. Partes relacionadas

	Saldos			Transações		
	Ativo Contas a Receber	Passivo Fornecedores	Mútuo	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i)	-	-	-	518	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (ii)	-	62.487	-	-	-	22.693
Odebrecht Rodovias S.A. (iii)	-	-	308.827	1.949	-	17.617
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	18	9.855	-	-	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (v)	-	4.827	-	-	-	-
Odebrecht Transport S.A. (vi)	-	-	48.877	-	-	2.788
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (vii)	-	-	-	-	135	-
Em 30 de setembro de 2018	18	77.169	357.704	2.467	135	43.098
Em 31 de dezembro de 2017	641	54.558	337.298	33.495	105	37.711

a) Composição

Em 30 de setembro de 2018, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) Refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO;
- (ii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OECl, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), índice de obras rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OECl para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT.

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 22.693 de juros sobre atraso de pagamentos das faturas do contrato EPC, junto a OECl conforme estabelecido em contrato.

(iii)

Data do contrato	Nota	Taxa de remuneração	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
30/12/2015	(a)	125% do CDI	207.586	195.744
23/02/2016	(b)	125% do CDI	26.582	25.066
14/03/2016	(b)	125% do CDI	20.795	19.609
28/03/2016	(b)	125% do CDI	27.563	25.990
08/07/2016	(c)	125% do CDI	26.301	24.801
			308.827	291.210

- a) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;

- b) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de cessão de créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data, a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;
- c) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

O vencimento dos mútuos é indeterminado, conforme último aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 17.617 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

- (iv) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o Termo de Distrato e Encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um acordo de rateio de despesas com a ODBVias para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou contrato de elaboração de projetos de engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de serviços de engenharia para elaboração e desenvolvimento de anteprojetos, projetos executivos para as obras de fluidez da rodovia dos Imigrantes – BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento, acompanhamento, qualificação e consultoria de engenharia e construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Este contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa”, “remuneração variável” e “remuneração mediante aprovação de orçamento”. A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados discriminados nas ordens de serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas ordens de serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. A remuneração mediante aprovação de orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnicos de profissionais especialistas em projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

- (v) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, série 3, acumulado no período. No período findo em 30 de setembro de 2018, foi registrado o montante de R\$ 4.827. Não há garantias previstas neste contrato.

(vi)

Data de liberação	Taxa de remuneração	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
24/06/2016	125% do CDI	48.877	46.088
		48.877	46.088

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 2.788 de juros sobre o contrato de mútuo.

(vii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia, nos períodos findo em 30 de setembro de 2018 e 2017, totalizaram os montantes de R\$ 2.149 e R\$ 1.843, respectivamente:

	30 de setembro de 2018	30 de setembro de 2017
Salários	1.667	1.464
Encargos	338	334
Previdência complementar	76	26
Outros	68	19
	2.149	1.843

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	26.666	22.919
Resultado pré-operacional	11.340	15.978
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(41.258)	(41.013)
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	27.193	13.048
Outras diferenças temporárias	917	1.493
	24.858	12.425

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
2019	11.356	11.356
2020 em diante	15.310	11.563
	26.666	22.919

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

12. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	30 de setembro de 2018		31 de dezembro de 2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos e instalações	10	563	(187)	376	371
Móveis e utensílios	5 a 10	577	(282)	295	346
Veículos	20	1.857	(1.360)	497	775
Computadores e periféricos	5	2.219	(1.284)	935	1.209
Obras em andamento	-	72	-	72	-
		5.288	(3.113)	2.175	2.701

b) Movimentação

	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Total
Custo	524	577	1.857	2.161	-	5.119
Depreciação acumulada	(153)	(231)	(1.082)	(952)	-	(2.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	371	346	775	1.209	-	2.701
Adições	39	-	-	58	72	169
Depreciação	(34)	(51)	(278)	(332)	-	(695)
Saldo contábil	376	295	497	935	72	2.175
Custo	563	577	1.857	2.219	72	5.288
Depreciação acumulada	(187)	(282)	(1.360)	(1.284)	-	(3.113)
Saldo em 30 de setembro de 2018	376	295	497	935	72	2.175
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5 a 10	20	5	-	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos períodos, conforme Notas nºs 21 e 22.

13. Intangível

Infraestrutura

	Intangível em				Software	Total
	Recuperação	Operação	Melhoramentos	formação		
Custo	810.528	90.359	723.254	157.223	969	1.782.333
Amortização acumulada	(32.474)	(8.256)	(18.598)	-	(228)	(59.556)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	778.054	82.103	704.656	157.223	741	1.722.777
Adições	-	5.358	-	57.066	-	62.424
Baixas, líquidas de amortização	-	(257)	-	-	-	(257)
Transferência	51.770	3.982	20.250	(76.002)	-	-
Amortização	(10.560)	(2.558)	(12.109)	-	(145)	(25.372)
Saldo contábil	819.264	88.628	712.797	138.287	596	1.759.572
Custo	862.296	99.286	743.504	138.287	969	1.844.342
Amortização	(43.032)	(10.658)	(30.707)	-	(373)	(84.770)
Saldo em 30 de setembro de 2018	819.264	88.628	712.797	138.287	596	1.759.572
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos períodos, conforme Notas explicativas nºs 21 e 22.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de recuperação, operação, melhoramentos e intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do período findo em 30 de setembro de 2018, refere-se à ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

• **Recuperação**

A descrição da rubrica “Recuperação” consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

• **Operação**

A descrição da rubrica “Operação” consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

• **Melhoramentos**

A descrição na rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

• **Intangível em formação**

A descrição da rubrica “Intangível” em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 7.332, no período findo em 30 de setembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 17.649).

A Companhia possui junto à CNO adiantamentos no montante de R\$ 71.403, relacionados à execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT.

Após o início das operações de arrecadação de pedágio, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de softwares, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

14. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TLP + 2,9%	664.409	666.096
Empréstimo Caixa Econômica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	331.129	329.703
Custos de captação a amortizar (d)	R\$		(12.403)	(12.357)
			983.135	983.442

a) Movimentação

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo no final do exercício	983.442	1.001.043
Juros provisionados	75.356	93.755
Juros pagos	(75.617)	(106.581)
Custo de transação	(33.365)	(49.338)
Amortização do custo de transação	33.319	44.563
Saldo final do exercício	983.135	983.442

b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1, no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,9% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016, e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 08 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias e da OTP na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do contrato de prestação de garantia.

Em 22 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 29 de julho de 2016 para 14 de novembro de 2016. Em paralelo, em 26 de julho de 2016, celebrou aditivo do contrato de prestação de garantias junto aos bancos fiadores, em que foi prevista a constituição de uma conta “Reserva” com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016. Já a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES seria realizada em parcela única.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 14 de novembro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016, no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na conta reserva constituída junto aos bancos fiadores.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2017 para 15 de maio de 2017.

Em 15 de maio de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de maio de 2017 para 15 de agosto de 2017, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes. Mediante o cumprimento de exigências previstas no contrato em questão, a Companhia obteve a prorrogação automática do vencimento da dívida para 15 de novembro de 2017.

Em 15 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de novembro de 2017 para 15 de fevereiro de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2018 para 15 de maio de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de maio de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES com as condições, para (i) substituir no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, a partir de 15 de maio de 2018, a metodologia de cálculo dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal, utilizando-se da Taxa de Longo Prazo - TLP em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, (ii) prorrogar a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, de 15 de maio de 2018 para 15 de agosto de 2018, (iii) prorrogar automaticamente a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, para 15 de novembro de 2018, desde que ocorra a apresentação da prorrogação das cartas de fiança ou renovação das Cartas de Fiança vigentes, com validade e vigência, no mínimo, até 15 de dezembro de 2018.

O saldo atualizado dos contratos em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 664.409.

c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças junto aos bancos fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na conta “Reserva” constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 14 de junho de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

O saldo atualizado do contrato em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 331.129.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (“TIR”) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
	CEF	BNDES	Total	Total
Saldo no início do período / exercício	888	11.469	12.357	7.582
Custos incorridos	909	32.456	33.365	49.338
(-) Amortizações	(1.440)	(31.879)	(33.319)	(44.563)
Saldo no final do período / exercício	357	12.046	12.403	12.357

e) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras (“fiadores”). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias e a OTP assinaram carta de fiança corporativa em favor dos fiadores perante o contrato de prestação de garantias. Esta fiança garante aos fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do contrato de prestação de garantias.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 30 de setembro de 2018.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Encargos sociais e trabalhistas	5.114	4.383
Participação nos lucros e resultados	2.764	3.625
	7.878	8.008

16. Contas a pagar

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Seguros a pagar	962	1.471
Verbas do contrato de concessão	1.141	1.210
Outras contas a pagar	1.235	2.921
	3.338	5.602

17. Contingências e provisões para causas judiciais

	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reclamações cíveis	316	471
Reclamações trabalhistas	17	-
Outras	-	28
	333	499

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 14.093 em 30 de setembro de 2018 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 8.689).

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta R\$ 1.522 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 1.343) na rubrica de depósitos judiciais referente à processos de desapropriações, ações trabalhistas e cíveis.

18. Provisão para conserva especial

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 87.095 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 40.979) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados a valor presente de 10,47% a.a. (31 de dezembro de 2017 - 11,15% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 363.558, representado por 363.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista ODBVias.

20. Receita líquida

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	18.579	59.926	17.771	84.900
Receitas em numerário	39.990	105.690	37.822	103.040
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	49.142	127.411	43.845	119.831
Receitas de vale pedágio (iii)	30.437	82.748	25.824	73.332
Receitas acessórias	529	1.573	1.278	4.513
Receita de operação	120.098	317.422	108.769	300.716
Receita total	138.677	377.348	126.540	385.616
Tributos sobre serviços de operação	(10.158)	(26.866)	(9.245)	(25.519)
Outras deduções	(3)	(13)	(12)	(142)
	128.516	350.469	117.283	359.955

- (i) A Companhia reconheceu, nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, R\$ 59.926 e R\$ 84.900, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. A redução do valor da receita de construção, quando comparada com o período anterior refere-se basicamente à suspensão das obras de duplicação em decorrência da não liberação do financiamento de longo prazo;
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento “*Automatic Vehicle Identification*” (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

21. Custo dos serviços

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Depreciação e amortização	(9.105)	(25.710)	(6.885)	(19.072)
Salários e encargos	(7.949)	(22.928)	(7.608)	(23.095)
Gastos gerais	(3.954)	(11.440)	(1.057)	(11.643)
Serviços de terceiros	(9.400)	(40.740)	(24.311)	(44.551)
Seguros	(4.265)	(10.336)	(1.400)	(4.175)
Provisão para conserva especial	(15.247)	(41.604)	(8.414)	(19.804)
Materiais	(2.913)	(9.125)	(5.701)	(7.852)
Aluguéis	(165)	(575)	(229)	(654)
	(52.998)	(162.458)	(55.605)	(130.846)
Custo de construção ICPC 01-R1	(18.579)	(59.926)	(17.771)	(84.900)
	(71.577)	(222.384)	(73.376)	(215.746)

22. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Salários e encargos	(2.478)	(6.947)	(2.068)	(6.767)
Serviços de terceiros	(832)	(4.402)	(1.945)	(4.327)
Depreciação e amortização	(121)	(357)	(128)	(468)
Materiais e equipamentos	(175)	(740)	5	(360)
Despesa com veículos	(23)	(201)	(276)	(276)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(492)	(1.337)	(1.172)	(1.172)
Despesas com viagens	(80)	(389)	(69)	(382)
Provisão para contingências	169	166	31	(45)
Gastos gerais	(492)	(1.786)	313	(1.532)
	(4.524)	(15.993)	(5.309)	(15.329)

23. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(26.522)	(68.561)	(20.285)	(57.678)
Juros sobre mútuos	(6.965)	(20.406)	(9.091)	(30.422)
Custos de transação	(10.182)	(31.524)	(9.205)	(30.077)
Juros sobre atraso (i)	(22.922)	(23.489)	(1.165)	(2.140)
IOF	(26)	(51)	(11)	(468)
Ajuste a valor presente	(1.888)	(4.512)	(627)	(1.321)
Outras	(647)	(2.119)	(714)	(1.102)
	(69.152)	(150.662)	(41.098)	(123.208)
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	281	1.092	355	1.132
Outras	47	327	10	87
	328	1.419	365	1.219
Resultado financeiro, líquido	(68.824)	(149.243)	(40.733)	(121.989)

- (i) No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 22.693 de juros sobre atraso de pagamentos das faturas do contrato junto a OECI conforme estabelecido em contrato.

24. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Resultado antes dos impostos	(16.381)	(36.675)	(2.121)	6.975
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	5.570	12.470	1.746	(1.349)
Outros	(18)	(37)	(15)	(46)
Efeito IR e CSLL no resultado	5.552	12.433	1.731	(1.395)
IR e CSLL diferido	5.552	12.433	1.731	(1.395)
Total de IR e CSLL diferidos	5.552	12.433	1.731	(1.395)

25. Lucro (prejuízo) por ação

Básico

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os períodos findos em 30 de setembro:

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017
Lucro (prejuízo) do período	(10.829)	(24.242)	(390)	5.580
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	363.558	363.558	363.558	363.558
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	(29,79)	(66,68)	(1,07)	15,35

26. Demonstração do fluxo de caixa

- a) A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa dos períodos findo em 30 de setembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	30 de setembro de 2018	30 de setembro de 2017
Fornecedores	(1.149)	(5.121)
Partes Relacionadas	-	(22.314)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(1.149)	(27.435)
Aquisição de ativo intangível	1.149	27.435
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	1.149	27.435

27. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Risco de engenharia + ALOP	2.900.341	mar/14 a mar/21
Garantia de concessões públicas	353.446	mar/18 a mar/19
Risco operacional	342.704	mar/18 a dez/18
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000	mai/14 a mar/19
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/18 a abr/19
Responsabilidade civil	80.000	jun/18 a dez/19
Seguro de veículos (a)	(*)	set/18 a set/19

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

28. Eventos subsequentes

A partir de 18 de outubro de 2018, entrarão em vigor as novas tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela Companhia. O reajuste nas tarifas de pedágio foi de 2,18%, sendo autorizado em 10 de outubro de 2018 pela ANTT, através de Deliberação da Diretoria Colegiada e publicado no Diário Oficial da União em 17 de outubro de 2018.

* * *